

Por onde anda o Cronista? Explorando a Crónica Narrativa em Diários de Referência

José Ricardo Carvalho

Universidade da Beira Interior - jose.carvalho@labcom.ubi.pt

Resumo

Género com tradição na imprensa portuguesa, pouco se sabe de empiricamente sistemático acerca do espaço da crónica nas últimas décadas, quais as suas transformações e tendências, qual a relação entre as suas vertentes de opinião e de narração. Este artigo explora o seu trajeto em jornais de referência, através de uma análise longitudinal ao *Diário de Lisboa* e ao *Público* em que se analisa uma amostra de 378 textos publicados entre 1959 e 2019. A análise foca-se especialmente no polo narra-

tivo, ou de relato, cujo interesse epistemológico se prende com as suas potencialidades ímpares dentro do jornalismo. Os resultados apontam para uma crescente codificação deste género e, apesar de uma frequente hibridação entre relato e comentário, uma hegemonia atual da opinião no terreno da crónica. Entre as crónicas da autoria de jornalistas, diminui a percentagem de textos dominados por um registo narrativo, assim como os relatos baseados na observação direta do quotidiano.

Palavras-chave: Crónica, géneros, imprensa, Portugal.

Where does the Columnist go by? Exploring Narrative *Crónica* in Portuguese Quality Newspapers

Abstract

A traditional genre within the Portuguese press, research about the *crónica* has not produced systematic empirical evidence on its expansion or decrease in the latest decades, on which have been its trends and changes, and on what are the shares between its opinion and narration variants. This article explores this genre's path in quality newspapers through a longitudinal analysis of *Diário de Lisboa* and *Público*, in which a sample of 378 texts published between 1959 and 2019 is analysed. The

analysis focuses mainly on the narrative pole, epistemologically interesting for its unique potential in journalism. The results point to a growing codification of this genre, and, despite a frequent hybridization between narration and commentary, to the actual hegemony of opinion in the field of *crónica*. Among the texts authored by journalists, there is a decrease in the percentage of texts dominated by a narrative, as well as the in reports based on direct observation of everyday life.

Keywords: *Crónica*, genres, press, Portugal.

INTRODUÇÃO

No campo dos media, um género discursivo tem sempre uma matriz dialógica, pois funciona ao mesmo tempo como modelo de fabrico para os autores e horizonte de expectativa para o público. Mas indica também os traços do jornalismo que o alberga em cada época, se concordarmos que, “como qualquer instituição, os géneros destacam as características constitutivas da sociedade a que pertencem” (Todorov, 1981, p. 53).

A crónica jornalística é particular pela sua imprecisa e flutuante codificação, mas não deixa de se inserir no elenco de géneros, como tipos “relativamente estáveis” de discurso (Bakhtine, 2012, p. 249). Ela foi desde os alvares da imprensa moderna um género ancorado nessa relação de reconhecimento e autoria, marcada em paralelo pelo desejo de intervenção político-literária dos cronistas e pelo contexto mercantil dos jornais que visavam vincular leitores.

Mas no jornalismo, ao contrário da literatura, os géneros não são rótulos analíticos aplicados *a posteriori* sobre uma criação individual, e podem antes ser vistos como induzidos a montante por uma máquina produtiva e uma organização que opera sobretudo com modelos padronizados. A baixa codificação da crónica e a tónica dos manuais numa forma “livre”, “estética” ou “criativa” indicam, porém, que a individualização autoral será uma das matrizes do seu código, e que a subjetividade faz parte do próprio padrão.

É possível identificar duas formas de subjetividade na tradição portuguesa da crónica, uma de tipo opinativo e outra de tipo narrativo. Estes dois vetores funcionarão como polos que enquadram o género, com toda uma gama de formas intermédias e de misturas que os cronistas praticam entre comentário (registo argumentativo ou avaliativo) e relato (registo narrativo).¹

Dentro deste espectro, as dificuldades em definir o género coexistem com as tentativas de fixá-lo em código: “Podemos considerar que o estilo de uma crónica é ab-

¹ Como se explica na nota metodológica, usamos como equivalentes os termos relato e narrativa, por um lado, e comentário, argumentação e avaliação, por outro. Tomamo-los como dois núcleos conceptuais que servem o propósito de identificar e comparar os referidos polos que coexistem na crónica, embora se trate de noções oriundas de campos distintos (dos estudos jornalísticos no caso das noções de relato e comentário; da narratologia, no caso de registo narrativo, argumentativo ou avaliativo).

solitamente livre”, mas “um excesso de opinião converteria a crónica em comentário, usurpando as funções do editorial” (Letria, 1999, pp. 51-52).

Excertos narrativos estão presentes nas crónicas de jornal desde o século XIX (em Eça de Queiroz ou Fialho de Almeida). Ao longo da primeira metade do século XX, uma parte dos textos adotou mesmo uma estrutura narrativa geral.² Na segunda metade do século, dá-se a instituição de rubricas predominantemente narrativas, com a narração a deixar de ser casual dentro das crónicas e a instituir-se como subgénero regular, particularmente ligado a descrições do quotidiano (Carvalheiro, 2020).

Pelo legado que perdura em compilações das décadas de 1960 a 1980, essa época terá sido pródiga na crónica narrativa e no subgénero do quotidiano. Entre os mais notáveis cronistas que então exerciam o jornalismo como profissão a tempo inteiro constam Baptista-Bastos, Maria Judite de Carvalho, Pedro Alvim, Fernando Assis Pacheco, Eduardo Guerra Carneiro, Manuel António Pina. Nos volumes com as suas crónicas avultam pequenas histórias, personagens comuns, a observação do dia-a-dia.

Os exemplos notáveis não informam, porém, sobre a regularidade do género numa dada época ou sobre os seus traços predominantes, assim como não permitem perceber tendências e modificações graduais ocorridas desde então até hoje.

O objetivo deste artigo é obter indicações empíricas acerca da efetiva presença da crónica na imprensa portuguesa ao longo das últimas décadas. Averiguar a sua frequência e os elementos que a caracterizam entre a década de 1950 e os dias de hoje. Perceber em que sentido o processo histórico deste género envolveu a sua estabilização ou transformação ao longo desse tempo. E, particularmente, apreender aquilo que tem sido o polo narrativo no universo das crónicas, cujo interesse se prende com a sua capacidade singular dentro do jornalismo para registar o que é socialmente relevante, mas não noticioso, numa abordagem distinta da dos textos de opinião e com funções diferentes destes.

A CRÓNICA DENTRO DO CAMPO

Se perspetivarmos a crónica de jornal a partir de hoje e olharmos a literatura de cariz prático, podemos ter a certeza do seu estatuto institucionalizado no campo jor-

2 Na antologia organizada por Fernando Venâncio (2004) constam exemplos em José Gomes Ferreira, Irene Lisboa e outros.

Por onde anda o cronista?

Explorando a crónica narrativa em diários de referência

nalístico português. É uma prática regular, contínua e reconhecida, que obedece a determinados padrões e a normas estabelecidas.

O facto de as definições não serem consensuais e de nelas se poder entrever os dois polos – de opinião e de narração – não invalida o seu carácter institucional. Indica-o o próprio uso explícito da designação por parte dos órgãos. E a atual saliência de cronistas nas páginas digitais dos jornais sugere que a crónica mantém importância na relação com o público num ecossistema *online* que é constituído por lógicas permanentes de navegação e hiperligação transversais ao conjunto dos *media*. A institucionalidade da crónica é, contudo, particular no interior do campo jornalístico.

Os estudos sobre os géneros no jornalismo indicam que a textualidade de um género pode evidenciar disposições profissionais, forças sociais e condições culturais que nele se entrecruzam num dado momento e que são, ao mesmo tempo, um produto de rotinas standardizadas e de processos históricos mais amplos (Buozis & Creech, 2018).

Mas o facto de a textualidade ser reveladora não significa que a teoria dos géneros se cinja a esquemas classificatórios decorrentes de elementos linguísticos. O principal critério usado na definição dos géneros tem sido a sua função, lente inicialmente devedora das funções da linguagem apontadas por Jakobson (1991). No entanto, foi-se incorporando depois um conjunto de dimensões extralinguísticas, acabando por gerar “um consenso do campo de investigação sobre a noção de género [que] é a importância do aspecto ‘social’ na sua construção, ou seja, da instituição, da situação, dos elementos que compõem a troca comunicativa” (Seixas, 2009, p. 29).

A pluralidade de aspetos envolvidos contribui para um variado leque de tipologias, desde a divisão dicotómica entre géneros informativos e opinativos, passando por esquemas tripartidos que lhe acrescentam o género interpretativo, até grelhas que incluem o utilitário e o de diversão (Melo & Assis, 2016).

Os géneros articulam-se também com outras dimensões institucionais dos *media*, como as formas de divisão e organização do trabalho. Os tipos textuais estabilizam de uma dada forma por corresponderem a um determinado estado das condições específicas de um campo de atividade (Bakhtine, 2012, p. 249), incluindo as relações entre atores no interior do campo e as deste com outros campos. Ora, um dos traços peculiares da crónica é que ela, ao contrário de outros géneros, não é um exclusivo dos jornalistas, sendo também praticada por colaboradores externos, oriundos das esferas política, académica, económica, literária.

A crónica não se relaciona apenas com os valores profissionais do campo jornalístico ou com a organização e especialização do trabalho nas redações. Uma parte daquilo que integra este género tem outra natureza, não deixando de ser enquadrada por convenções jornalísticas através de editores e chefias, mas configurando uma articulação específica do jornalismo com o exterior e um papel no balanço entre autonomia e heteronomia que caracteriza um campo (Bourdieu, 2005).³

Esta bifurcação da autoria tem outras implicações. Por um lado, a relação tensional que enquadra qualquer género entre criação e standardização, entre os papéis de autor e de produtor (Ringoot & Utard, 2009), será bastante variável no campo cronístico. Por outro lado, a variedade de estatutos entre os cronistas poderá relacionar-se com diversas modalidades de crónica, designadamente a coluna regular, a rubrica não periódica e a peça ocasional. A temporalidade da publicação é uma das dimensões passíveis de observação numa análise ao género.

Por último, o tipo de autoria da crónica também se imbrica de maneira diversa nas rotinas de produção e organização dos jornais, na gestão do espaço disponível e das prioridades de publicação, tendo os cronistas fixos o seu lugar assegurado, ao passo que as crónicas irregulares e as ocasionais enfrentarão contingências decorrentes dos ritmos e cargas de trabalho dos jornalistas e de decisões flutuantes dos editores.

DIMENSÕES TEXTUAIS E EXTRATEXTUAIS

Um afastamento do estruturalismo e a adoção de perspetivas funcionalistas na abordagem dos géneros não suprimiu a consideração de aspetos atinentes às estruturas textuais e à natureza linguística dos enunciados: “Aceita-se que a notícia, a reportagem, o editorial, a entrevista, o perfil, etc. sejam géneros discursivos diferenciados, que resultam de propriedades típicas dos textos que os constituem” (Santos & Peixinho, 2017, p. 19). Esta posição, próxima da ideia de géneros como categorias discursivas, é acompanhada por duas ressalvas: (1) não há modelos puros e a hibridização constitui uma tendência particularmente ativa hoje; (2) o texto dialoga com o exterior em dinâmicas transtextuais que incluem a intertextualidade explícita das citações e as relações metatextuais com outros textos que incorpora sem nomear.

Mantém-se, pois, a pertinência de abordar um género através de algumas dimen-

³ Um estudo dedicado aos fatores, lógicas e negociações presentes na cooptação de cronistas por parte dos jornais seria instrutivo nesta matéria.

Por onde anda o cronista? Explorando a crônica narrativa em diários de referência

sões textuais. A retórica tradicional distingue quatro tipos de discurso – exposição, argumentação, descrição e narração –, mas, embora cada um deles possa ter ligações privilegiadas a uma função, não se deve equipará-los a gêneros na medida em que muitos textos combinam várias destas formas discursivas (Chandler, 1997).

No âmbito do jornalismo, encontramos propostas de divisão em textos narrativos, descritivos e argumentativos e também a sugestão, mais depurada, de que todos os textos jornalísticos podem ser vistos como variações de relato ou de comentário, a primeira decorrente de esquemas narrativos e a segunda de esquemas argumentativos (Chaparro, 2008). A aplicação empírica deste modelo permitir-nos-á examinar se se trata de um gênero fendido em tipos de discurso distintos (e constituindo subgêneros) ou se são estes que surgem fundidos no interior das crônicas (e se trata de um gênero híbrido na sua própria essência textual). Estas qualidades textuais tornam-se também indicadores socio-discursivos se cruzadas com dimensões extralinguísticas como o tipo de autoria.

Os elementos extralinguísticos relevantes no estudo de um gênero podem subdividir-se (1) naqueles que são captáveis através de “vestígios” presentes no próprio texto e (2) naqueles que decorrem estritamente nas dimensões sociais do campo em que o gênero se realiza (Seixas, 2009, p. 44).

Dado que este artigo investirá em particular na crônica-relato, entre os vestígios textuais estarão as modalidades do cronista como narrador. Esta é uma das dimensões que, inspirada em categorias próprias da narratologia – narrador autodiegético, homodiegético ou heterodiegético (Reis & Lopes, 1997) –, podem ser tomadas na crônica jornalística como elemento de relação com o nível extratextual. Assim, a variável a que chamamos papel do cronista (e que tem quatro categorias: observador, participante, protagonista e ausente) poderá fornecer indícios acerca dos modos de geração da crônica e de relação do autor com a realidade representada. O tempo da ação e a natureza do local são outras dimensões em que se poderá encontrar “vestígios” do tipo de objeto com que os cronistas se envolvem, assim como a presença ou a ausência de referências intertextuais elucidará acerca do tipo de experiência que o cronista convoca.

Quanto às dimensões estritamente sociais, elas emergem através de variáveis como o autor ou a distribuição semanal das crônicas, mas esta pesquisa, ao ter como *corpus* empírico exclusivamente as publicações dos jornais, tem acesso limitado a outros dados sobre a produção jornalística, para os quais seria necessário mobilizar métodos de observação das redações.

METODOLOGIA: À PROCURA DA CRÓNICA NÃO ANUNCIADA

Para averiguar a presença da crónica na imprensa portuguesa esta pesquisa foca-se no segmento dos diários ditos de referência, procurando constituir uma amostra suscetível de fornecer indicações sobre diferentes períodos do passado recente. A escolha da imprensa de referência justifica-se pela sua ligação estreita com os campos literário e político (Hallin & Mancini, 2010), pontos de articulação privilegiados na tradição cronística portuguesa (Rita, 2017; Venâncio, 2004; Rodrigues, 1998). A escolha de diários prende-se com a proximidade destes jornais às histórias do quotidiano.

A análise visa a fase que corresponde à contemporaneidade no jornalismo português, a partir do momento em que se encetou, nos anos de 1950 e 1960, um movimento de modernização e profissionalização (Correia & Baptista, 2007). Entre esse período e a atualidade, elegemos dois títulos que representam, cada um no seu tempo, proximidade com o polo intelectual da sociedade, manifesta numa tradição editorial que dá saliência a aspetos literários e culturais: o Diário de Lisboa (DL), para as décadas de 1950 a 80; e o Público, para o período posterior. O primeiro desapareceu no ano em que nasceu o segundo: 1990.

O DL, fundado em 1921, contrastava com títulos como o Diário de Notícias ao caracterizar-se, sobretudo a partir da década de 50, por alguma liberdade criativa para se escrever literariamente.⁴ A confluência de uma série de escritores-jornalistas e a afirmação dos seus estilos pessoais fazem do DL um objeto de estudo promissor para se averiguar a crónica.

O interesse em analisar o Público reside também no facto de nele se ter instituído, logo nos anos 90, a crónica como género e do próprio livro de estilo estabelecer explicitamente a existência das duas vertentes aludidas: uma que assenta na “descrição humanizada” – a que chamámos polo da narração; outra que consiste em textos “de carácter mais ou menos polémico” – o polo da opinião (Público, 1998, p. 112).

Para constituir uma amostra que atravessa as décadas referidas, selecionou-se quatro períodos de análise espaçados por 20 anos entre si. Partiu-se do tempo atual – representado na amostra pelo ano de 2019⁵ – e recuou-se aos anos de 1999, 1979 e 1959. A amostra é composta pelo conjunto das publicações de um jornal durante um

4 Segundo as memórias de antigos jornalistas como Urbano Tavares Rodrigues, que ingressou no jornal em 1955 (cf. Correia & Baptista, 2009, p. 166-168).

5 Tendo-se iniciado esta pesquisa durante a pandemia de covid-19, entendeu-se averiguar o ano imediatamente anterior a esse período atípico.

Por onde anda o cronista? Explorando a crónica narrativa em diários de referência

mês para cada um dos períodos, aleatoriamente escolhidos (junho de 1959 e abril de 1979 para o DL; maio de 1999 e março de 2019 para o Público). O total perfaz 115 edições diárias, examinadas em toda a sua extensão, com exceção dos suplementos temáticos. A amostra não é representativa de todo o período e dela não podem ser extrapoladas conclusões para o conjunto da imprensa, pretendendo-se apenas identificar tendências que poderão ser exploradas futuramente.

Desafiante numa investigação sobre um género pouco definido é a identificação e seleção das peças que a ele correspondem. Dado que as convenções que o regulam podem alterar-se no tempo, utilizar os critérios que atualmente balizam o campo da crónica arriscar-se-ia a funcionar como anacronismo metodológico.

Assim, optou-se por não se definir de forma rígida este género, dando um pendor indutivo à pesquisa e selecionando o *corpus* de forma relativamente aberta, com vista a tentar compreender as características daquilo que pode ser considerado crónica numa dada época e a averiguar o lugar que a variante de relato tem no seu interior.

Categorizou-se uma peça jornalística como crónica ao satisfazer, pelo menos, uma das seguintes condições: (1) texto em que figure explicitamente o uso do termo (na cabeça da página, ou como antetítulo ou marcador classificatório, ou no próprio título); (2) rubrica recorrente, com designação fixa, e que não esteja classificada de outra forma pelo próprio jornal nem apresente características facilmente identificáveis com outros géneros (entrevista, editorial, notícia ou reportagem); (3) texto com separação gráfica e autoria saliente, igualmente sem outra classificação explícita nem apresentando características identificáveis com outros géneros.⁶

Tratou-se, portanto, de apoiar a seleção do *corpus* sobretudo em sinais meta-comunicativos. Sabendo-se ser a crónica um terreno multifacetado, com absorção e mistura de vários registos discursivos desde a sua origem, não se considerou que essa seleção devesse depender de uma análise textual a cada peça. Adotou-se uma estratégia coerente com a ideia de que “os géneros são paradigmas dinâmicos e não listas formulaicas, e [que] não podem ser definidos pelas suas propriedades intrínsecas”, mas “apenas podem ser definidos negativamente ou relacionalmente”, através das diferenças percebidas em contraponto com outros géneros (Hartley, 1994, p. 128).

Com a recolha a assentar sempre nos conteúdos da versão impressa dos jornais, selecionou-se, então, um *corpus* composto por 378 textos. Todos eles foram categori-

6 Estas condições correspondem, também, a uma estratégia que visa captar a consabida multifacetação e dinâmica do género: no caso 1 tendo em mente a aceção epocal de crónica; no caso 2 pensando na conceção de regularidade e/ou de elo recorrente autor-leitores; no caso 3 dirigida à identificação de crónicas ocasionais.

zados, com recurso a SPSS, relativamente às variáveis: jornal, título, ano, mês, dia da semana, tipo de autor (jornalista, colaborador externo, indeterminado, não assinado) e sexo do autor. Vertentes de análise textual foram manejadas exclusivamente para a identificação do segmento correspondente à crónica-relato, em relação ao qual se tentou apurar um conjunto de características discursivas.

A classificação das crónicas segundo o tipo de enunciado, numa variável dicotómica constituída pelas categorias relato (registo narrativo) e não relato (registo argumentativo ou avaliativo), teve por base a saliência, ou não, de narração. Neste artigo entende-se texto narrativo como aquele que compreende segmentos destacados de narração e descrição, segundo uma aceção narratológica já aplicada em estudos jornalísticos e que aponta o emprego de personagens, sequência temporal de ações, cenário, voz e ponto de vista para contar histórias (Van Krieken & Sanders, 2021).

Foram classificados como crónica-relato os textos que apresentam, pelo menos, uma sequência de frases narrativas e/ou descritivas nos dois primeiros parágrafos ou em que elas ocupem a maior parte do texto. As crónicas de não relato são aquelas cujos dois parágrafos iniciais contêm apenas exposição, comentário ou argumentação acerca de ideias ou factos, e em que está ausente a narração e/ou descrição na maior parte do texto.

A atenção à componente de relato dentro do universo das crónicas não pretende menosprezar o peso dos textos argumentativos para o funcionamento da esfera pública. Visa tão só examinar a evolução da componente narrativa dentro de um género que, podendo ser híbrido, encontra na saliência da narração um elemento potencialmente distintivo face a outros géneros não informativos.

RESULTADOS

Perante a totalidade do *corpus*, a primeira nota é o aumento significativo do número de textos publicados na amostra de cada ano, com um crescimento contínuo.⁷ Mesmo que este aumento não possa ser desligado da dimensão das redações e do número de páginas (o DL de 1959 tinha edições entre 16 e 32 páginas, ao passo que o Público de 2019 oscila entre as 48 e as 64), estes dados indicam que a crónica não é um género ultrapassado e que a sua publicação não declinou, pelo contrário.

⁷ O número de crónicas publicadas em cada um dos meses seleccionados foi: 50 no DL de 1959; 67 no DL de 1979; 103 no Público de 1999; 158 no Público de 2019.

Por onde anda o cronista?

Explorando a crónica narrativa em diários de referência

Uma segunda nota sobre o conjunto do *corpus* é o ciclo semanal de publicação, que parece ter-se modificado ao longo das décadas. O DL da segunda metade do século XX tinha um pico cronístico nas segundas-feiras⁸, e um fluxo diário com oscilações menores. Já o Público mostra uma concentração maior de crónicas no final da semana (de sexta-feira a domingo). Pode-se entrever aqui uma relação com os ritmos e as lógicas da produção dos jornais e uma articulação com as temporalidades atribuídas à leitura. A maior constância do ciclo semanal no DL sugere uma imbricação forte da crónica nas rotinas diárias da redação e uma proximidade com as cadências do quotidiano. No Público de 2019, a concentração no final da semana indica um direcionamento preferencial da crónica para os tempos livres do leitor, atribuindo-lhe uma função de fruição ligada ao lazer.

A autoria é uma terceira dimensão assinalável. A expansão quantitativa da crónica nos períodos mais recentes não é acompanhada pelo aumento da autoria jornalística, mas, inversamente, pela perda do seu predomínio no género em prol de colaboradores externos. Os jornalistas do Público assinam cerca de uma em cada cinco crónicas que o jornal publica em 1999 (21 em 103 textos) e em 2019 (36 em 158). No mês analisado para o DL de 1979, a proporção da autoria jornalística aproxima-se de dois terços, correspondendo a 43 dos 67 textos analisados.⁹

O que se repete no conjunto de crónicas é o domínio da autoria masculina. Há uma preponderância avassaladora nas assinadas por colaboradores externos (100% de crónicas assinadas por homens em 1979; 93,9% em 1999; 96,7% em 2019). Mas no segmento das que são produzidas por jornalistas verifica-se uma grande feminização recente (66,7% com autoria feminina no Público de 2019). A julgar pelo universo da amostra, as jornalistas não têm hoje entraves na crónica, mas o mesmo não se podia dizer, em 2019, das mulheres alheias à redação, que só assinaram 3,3% dos textos de colaboradores externos no Público.

8 Tanto em 1959 como em 1979 (note-se que o jornal não se publicava ao domingo neste último ano).

9 O ano de 1959 insere-se num contexto em que a regra era os textos não serem assinados, mesmo os que têm características enquadráveis no género crónica, pelo que não é possível saber qual a proporção das autorias internas e externas à redação. No entanto, a tradição jornalística define que os textos não assinados são assumidamente internos, respondendo por eles a própria direção do jornal, o que permite inferir que também em 1959 haveria uma predominância de crónicas produzidas por membros da redação do DL.

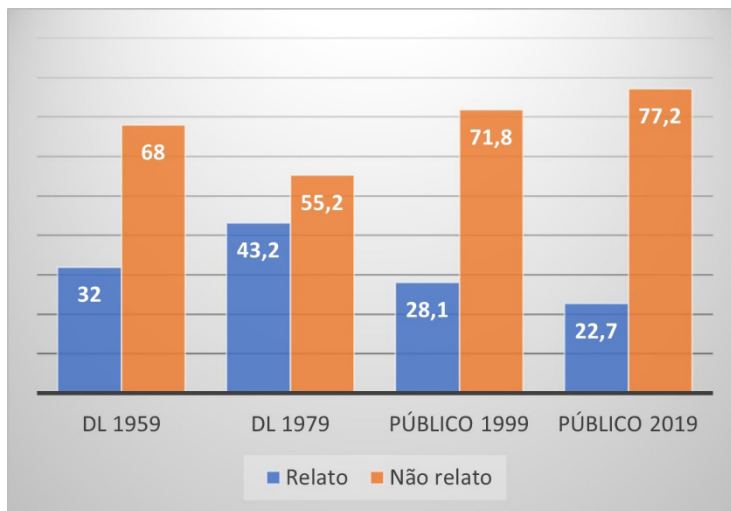
O POLO NARRATIVO NUM DOMÍNIO OPINATIVO

Três aspetos sobressaem quanto à dicotomia analítica no interior do género entre um pendor narrativo e um pendor opinativo: (1) há uma predominância geral da crónica não-relato em todos os anos da amostra, mas em proporções diferentes; (2) há uma evolução geral do género ao longo das décadas no sentido de uma crescente definição dos códigos que o regem e dos espaços que o delimitam; (3) há pouca frequência de subgéneros puros, misturando-se amiúde o relato com o comentário, mesmo nas crónicas narrativas da autoria de jornalistas, e sobretudo nas décadas mais recentes.

O primeiro aspeto indica que, em termos quantitativos, a crónica é um género devotado sobretudo ao comentário, onde predomina o discurso avaliativo, e que a hegemonia deste polo se acentuou (Figura 1). Em termos relativos, o peso do polo narrativo é menor nos anos recentes da amostra, embora não diminua em números absolutos.¹⁰

Figura 1

Tipo de crónica em % do total para cada jornal e ano



Fonte: elaboração própria.

¹⁰ No Público de 2019 o número de crónicas-relato é superior (36 peças), mas num contexto de mais edições (31 edições diárias) e páginas (entre 48 e 64). No DL de 1979 foram publicadas 29 crónicas-relato num total de 23 edições com uma média de 32 páginas.

Por onde anda o cronista? Explorando a crónica narrativa em diários de referência

Tomando apenas os textos escritos por jornalistas, a tendência mais recente também parece ser de diminuição do polo narrativo. Mas com a diferença de o peso relativo da narração ser bastante maior (36,1% em 2019) e já ter chegado a ser maioritário: 61,9% das crónicas assinadas por jornalistas no *corpus* de 1999 são de pendor narrativo, assim como 51,2% das de 1979.

Apesar de o DL de 1979 se inserir na fase pós-revolucionária da imprensa portuguesa em que a figura dominante era o “jornalista porta-voz” (Mesquita, 2019, p. 16), a crónica mantém espaço para um registo não avaliativo. É curioso, neste âmbito, o caso do jornalista Mário Castrim, então com grande importância como cronista para a economia do DL.¹¹ Militante do Partido Comunista, em 1979 Castrim dividia-se entre dois tipos de texto: a crónica de televisão (“Canal da crítica”), com juízos de valor e pendor político; e a crónica urbana (“Lisboa, verbo amar”), de recorte narrativo sobre episódios da vida quotidiana. Desta crónica urbana, publicada na última página, uma parte está claramente ancorada na observação do cronista:

(...) Foi tudo daquela vez que eu ia na Rua da Palma e vi a senhora sentada diante do vaso onde uma planta definhava. Quieta, como se velasse.

– Que foi? – perguntei eu.

– Está a morrer – respondeu ela – em cada dia apaga-se mais um bocadinho.

– Deve haver remédio.

– Não sei. Neste país só há veterinários para os animais. (...) ¹²

Mas algumas destas crónicas sugerem efabulação, como se fossem micro contos, onde o narrador é onisciente, o tempo é indefinido e as personagens não têm os elementos identificativos concretos que são habituais no discurso jornalístico.:

Idalina sente contra a orelha a respiração dele. O bafo quente húmido no pescoço. Estende o braço para guardar a revista no cacifo. Lisboa aproxima-se, não tarda aí a pacificação do Tejo. ¹³

11 Papel assumido por Castrim desde a década anterior, altura em que o jornal teve o seu período de maior fulgor literário, com notáveis jornalistas da sua redação a assumirem um lado cronístico (Assis Pacheco, Maria Judite de Carvalho, Pedro Alvim).

12 Mário Castrim, “Pois sim, que Deus me abençoe”, 19/4/1979, p. 24.

13 Mário Castrim, “És assim, acabou-se”, DL, 30/4/1979, p. 24.

Este não é um aspeto que oponha crónicas de relato às de comentário, mas sim uma distinção que existe no interior do primeiro polo, dentro dos registos narrativos. Pode-se entrever um registo jornalístico ideal-típico pontuado por referências concretas (como a rua da Palma) que fazem parte das estratégias de objetivação do jornalismo (Tuchman, 1972) mesmo em textos em que a autoria pressupõe subjetividade. E, por outro lado, um registo ideal-típico da ficção literária, em que as referências de espaço e tempo são vagas e o autor se permite incluir aspetos que vão para além da observação (“*Idalina sente (...) o bafo quente húmido no pescoço*”). Esta distinção é conceptual, não tendo jornalistas e romancistas de ficar amarrados a cada um dos ideais-tipo e podendo um mesmo autor alternar o tipo de registo (como o fez Mário Castrim). A coexistência destes dois modos narrativos já foi notada em estudos narratológicos sobre crónicas jornalísticas, mas com predomínio da “focalização externa”, em que o narrador se limita à observação de fora (Aguilar, 2016, p. 253).

Há claras linhas de continuidade no Público de 1999, em relação ao DL de 20 anos antes, no que toca às crónicas-relato da autoria de jornalistas. Também aí temos um cronista, João Pinharanda, com aquele duplo registo, por vezes mais jornalístico, por vezes mais literário, que vai alternando na rubrica “Pintura de costumes”. Outro paralelismo são as crónicas judiciais: “Tribunal de polícia”, assinada por Manuel Geraldo do DL de 1979; “Levante-se o réu”, da autoria de Rui Cardoso Martins no Público de 1999.

Seguindo a tradição do DL, o terreno da crónica, no Público de 1999, continua a sinalizar uma ponte com o mundo literário e artístico, para onde transitariam aqueles dois cronistas da variante narrativa, Pinharanda como programador e historiador de arte, Cardoso Martins como romancista.

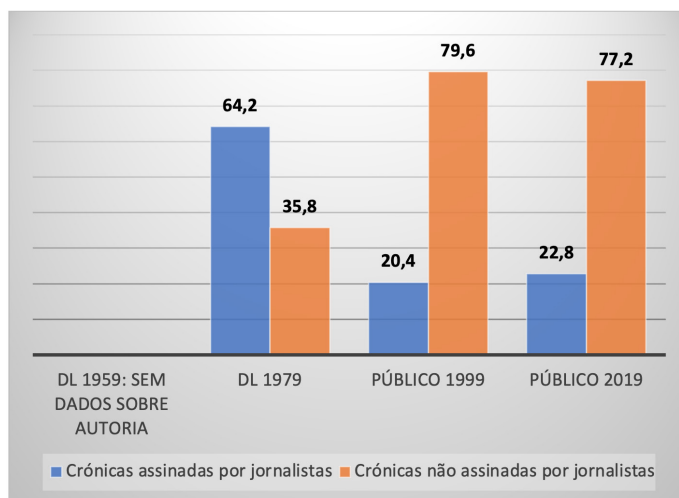
Mas há alterações na cadência de publicação entre as amostras de 1979 e 1999: Castrim publicava, em média, uma crónica urbana a cada duas edições do jornal (sem dias certos), ao passo que a rubrica de Pinharanda é semanal e regular (aos sábados). A crónica de tribunal do DL era frequente, mas não regular (publicou-se sete vezes num mês), enquanto a do Público é uma rubrica dominical. De um jornal para o outro, os tempos da crónica parecem ter sido domesticados e submetidos aos ritmos de uma produção planificada.

Outra diferença em 1999 são as crónicas regulares sem nome de rubrica, cuja marca são os nomes dos autores, figuras públicas que assinam textos de opinião e que, no conjunto, passam a ocupar maioritariamente a paisagem cronística, invertendo o domínio do género que no DL pertencia aos jornalistas (Figura 2).

Por onde anda o cronista? Explorando a crónica narrativa em diários de referência

Figura 2

Autores em % do total para cada jornal e ano



Fonte: elaboração própria

A amostra longitudinal sugere, ao mesmo tempo, uma perda de peso dos jornalistas e uma progressiva pessoalização e valorização da autoria: o DL de 1959 contém uma maioria de crônicas não assinadas, o DL de 1979 exhibe a assinatura como regra geral, o Público de 1999 salienta a autoria, o Público de 2019 aumenta essa saliência com o uso generalizado de uma imagem do cronista.

Uma parte dos cronistas externos também passa a usar técnicas narrativas no Público de 1999 e 2019, o que pouco acontecia no DL. Há uma variedade de perfis a contribuir para esta situação: romancistas que praticam o registo literário (presentes na amostra de 1999); jornalistas no ativo que publicam no jornal sem pertencerem aos quadros; ex-jornalistas que cultivam a vertente de relato (com saliência para Miguel Esteves Cardoso em 2019); outros colaboradores externos – académicos ou políticos – que também recorrem a técnicas narrativas (como Eduardo Prado Coelho em 1999).

Acontece que, em alguns destes casos, a narração é usada como técnica de introdução a um texto cujo desenvolvimento é realmente opinativo e visa persuadir.

*Há 260 anos, um português pegou numa pena e mergulhou-a em tinta para escrever um tratado sobre a reforma dos estudos em Portugal (...)*¹⁴

O mesmo tipo de abertura narrativa também pode ser praticado por jornalistas cujas crónicas são essencialmente argumentativas:

*Nas últimas três semanas, três portugueses optaram pela greve da fome para protestar contra o Governo. (...) Em 1909, a britânica Marion Wallace Dunlop fez uma greve de fome na prisão e só foi libertada para não se tornar numa mártir. No ano seguinte, a sufragista Mary Jane Clarke fez greve da fome e morreu três dias depois de ter sido alimentada à força na prisão. (...)*¹⁵

Isto significa que, apesar de claramente minoritário, a efetiva proporção do relato pode estar sobredimensionado pelo critério de classificação utilizado nesta pesquisa.

CODIFICAÇÃO CRESCENTE, SUBGÊNEROS IMPUROS

Quanto à crescente codificação do género, a amostra divide-se em duas partes distintas, verificando-se que no DL de 1979 as crónicas já eram claramente distinguidas e identificáveis como tal (tal como mais recentemente no Público), mas que em 1959 isso não acontecia.

Temos, portanto, de um lado o DL de 1959, com saliência de rubricas híbridas no interior das quais as notícias se misturam com textos de registo subjetivo, e os conteúdos noticiosos são absorvidos por peças guiadas pelo comentário do autor ou inseridos numa narração em estilo pessoal:¹⁶

O avanço da humanidade vai-se avaliando na medida em que se combatem as trevas (...). Ao mesmo tempo que o sr. Presidente da Câmara premia o interruptor e da noite fazia dia, era sancionada outra aspiração dos habitantes: a mudança de

14 Rui Tavares, “Menos Passos Coelho, mais Passos Manuel”, Público, 25/4/2019, p. 48.

15 Bárbara Reis, “Brincar às greves da fome”, Público, 15/3/2019, p. 21.

16 É o caso da rubrica diária “De ontem para hoje”, de que fazem parte os exemplos seguintes. Publicada a duas colunas, habitualmente na página 2 ou 3, a rubrica é constituída por uma sucessão de pequenos textos independentes entre si e não é assinada.

Por onde anda o cronista? Explorando a crónica narrativa em diários de referência

*nome. Não é bem soante que uma terra progressiva e já com luz eléctrica se chame Fiães do Ervedal, a apregoar ao mundo que os habitantes são desleixados e deixam crescer ervas maninhas ao Deus-dará. (...)*¹⁷

*(...) Ontem, com a sua filha Maria Luísa Gomes, seu genro Carlos Manuel e amigos, vizinhos e amigos dos nossos amigos, fora passar o dia à mata da Cruz Quebrada. Em boa harmonia almoçaram dos farnéis e dos farnéis lancharam, dormiram a sesta à sombra dos pinheiros. Um dia bem passado. “In cauda venenum” e, para o caso, a cabra da morte lá estava à espera. Era lusco-fusco. O grupo, de cabazes e garrações nas mãos, ia a atravessar a estrada marginal (...)*¹⁸

No outro extremo, temos o Público de 1999 e 2019, onde é claro o dualismo entre os espaços com marcas de subjetividade e os outros, sinais de maior definição dos géneros debaixo de uma conceção dicotómica entre “opinião” e “informação”. Esta maior codificação opera a vários níveis: através de uma maior distinção gráfica (numa ‘caixa’ ou em páginas próprias); pela frequente nomeação explícita do género; e pela separação face ao material noticioso. A crónica de ambiente em torno de um acontecimento ou de comentário sobre atualidade, quando ocorrem, podem surgir agora paralelamente a notícias ou reportagens sobre esses mesmos acontecimentos, mas não amalgamando os registos na mesma rubrica ou até no mesmo texto, como era corrente no DL de 1959.¹⁹

Os dados sugerem, assim, uma crescente distinção nas páginas dos jornais e no seio das redações, pelo menos, desde a década de 1970, numa tendência para o repertório de géneros crescer e se diferenciar dentro de um campo à medida que este se desenvolve (Bakhtine, 2012, p. 245). A expansão e a profissionalização do jornalismo em Portugal desde a segunda metade do século XX enquadra, assim, um processo de distinção e rotinização de formas discursivas, onde a crónica se vai incluindo com separação e nitidez progressivas nos esquemas de produção e leitura.

Outra faceta da maior codificação do género prende-se com o estatuto dos cronistas e com uma estratificação mais clara dos autores consoante os espaços e os tem-

17 “Mais luz”, DL, 1/6/1959, p. 3.

18 “Morte na estrada”, DL, 22/6/1959, p. 3.

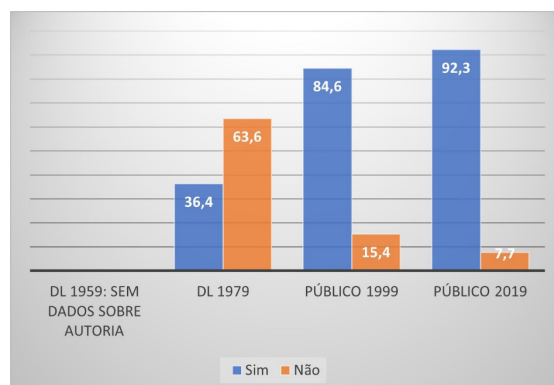
19 O DL não classificava explicitamente esses textos, e poder-se-ia perguntar se eles não correspondem a uma forma, canónica nessa época, de fazer notícias. Por porosa que seja a fronteira, classificamos como crónica os textos em que a interpretação do autor se sobrepõe à enumeração dos factos, com ângulo e estilo subjetivos a marcarem a narração.

pos do jornal. O colaborador externo, assente no seu prestígio, tem crónica fixa nos espaços de opinião, assim como o jornalista consagrado pode ter aí a sua crónica ou uma rubrica de comentário noutras secções do caderno principal. Outros redatores e repórteres participam em rubricas de espaços secundários, como os suplementos semanais.²⁰ Uma relação entre as hierarquias redatoriais e os postos de cronista faz, assim, com que estes se desdobrem em modalidades distintas. Por sua vez, a crónica ocasional – tipicamente próxima dos episódios do quotidiano – é pouco praticada nos últimos anos da amostra.

Por outro lado, no interior das crónicas os polos opinativo e narrativo consubstanciam-se como subgéneros impuros. Pode sustentar-se que o género se divide efetivamente em duas variantes, na medida em que algumas crónicas são totalmente argumentativas e avaliativas, ao passo que outras assentam numa estrutura narrativa, configurando dois tipos textuais claramente distintos (com o primeiro hoje dominante) sob uma mesma designação e com o fator comum da assunção da subjetividade. Porém, o que os dados sugerem desde que a crónica estabilizou na sua codificação genérica é que têm aumentado as peças narrativas em que também está presente o comentário, e que isso acontece mesmo nas que são escritas pelos jornalistas. Da amostra de 1979 à de 2019, a incorporação de comentário nas crónicas-relato de jornalistas tornou-se mais frequente.

Figura 3

Presença de comentário em % de crónicas-relato de jornalistas



Fonte: elaboração própria.

20 Estas observações dizem respeito, sobretudo, ao ano mais recente da amostra, em relação ao qual foi possível distinguir jornalistas segundo o estatuto na redação do Público (considerando “consagrados” os que alcançaram cargos de editor ou redator principal numa secção, e “outros” aqueles que os não têm).

Por onde anda o cronista? Explorando a crónica narrativa em diários de referência

Parece haver, assim, uma tendência crescente e geral para o entrelaçamento dos dois registos discursivos, que não os anula como polos, mas faz com que o género funcione num continuum em que os autores vão doseando livremente a mistura.

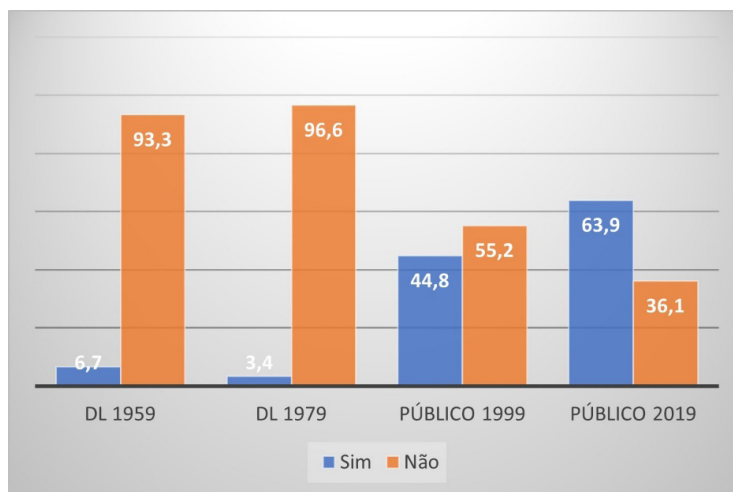
A EXPERIÊNCIA DOS CRONISTAS

A análise do *corpus* também fornece pistas para aspetos extratextuais das crónicas-relato, um dos quais se prende com o tipo de experiência envolvida. Para este efeito, usou-se uma dicotomia entre presença e ausência de experiência mediada no interior da narração. Entende-se experiência mediada, na linha de John Thompson, como modo de vivenciar o mundo através de “formas simbólicas” (mediáticas) que na modernidade configura uma complexa articulação com aquela que é a experiência direta e pessoal, dando espaço a uma “mundanidade mediada” (Thompson, 1995).

Na amostra, verifica-se uma diferença profunda quanto à distribuição longitudinal das crónicas em que há, ou não, referências explícitas a situações mediatizadas, rareando estas nas duas amostras do DL, surgindo com expressão no Público de 1999 e assumindo uma presença maioritária na mostra de 2019 (Figura 4).

Figura 4

Alusão a experiência mediada em % do total de crónicas-relato

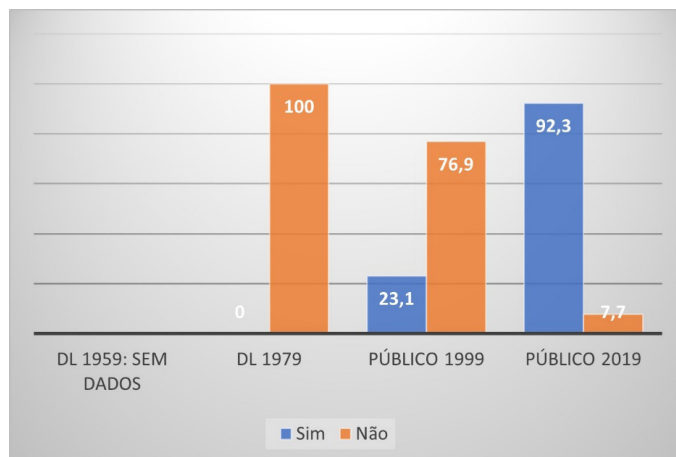


Fonte: elaboração própria.

Entre as peças assinadas por jornalistas (Figura 5), a proporção das crónicas que aludem a situações mediatizadas passa de inexistente no DL de 1979 a esmagadora no Público de 2019, altura em que a crónica rotativamente a cargo de um(a) jornalista tem tempo e espaço fixos no caderno de domingo. Este espaço-tempo do Público em 2019 torna-se praticamente o único reduto do jornal para crónicas com estrutura inteiramente narrativa.

Figura 5

Alusão a experiência mediada em % das crónicas-relato de jornalistas



Fonte: elaboração própria.

O facto de, mesmo assim, haver referências mediáticas em todas as crónicas-relato deste período que são escritas por jornalistas acerca de episódios recentes é algo que levanta questões sobre os lugares, os círculos sociais e os modos de interação em que os profissionais se movem, quer em trabalho quer na vida quotidiana não laboral.²¹

*Os primeiros emails que trocámos eram cuidados e nada vazios. Falávamos sobre a vida, sobre literatura, sobre os filhos, sobre nós. Eram emails longos e cheios, embora reservássemos uma certa distância, porque, afinal, não nos conhecíamos pessoalmente. (...)*²²

²¹ Na amostra de 2019, apenas uma crónica com teor narrativo escrita por uma jornalista é inteiramente ancorada na experiência direta, baseando-se numa memória infantil.

²² Maria João Lopes, “Foi pena ter-lhe pedido amizade”, Público (P2), 24/3/2019, p. 31.

Por onde anda o cronista?

Explorando a crónica narrativa em diários de referência

*É um facto confirmado pela ciência que só há três certezas nesta vida: a morte, os impostos e aquela fotografia com uma criança negra ao colo que as pessoas brancas partilham no Instagram assim que põem o pé abaixo do deserto do Sara. (...)*²³

Esta tendência parece fazer dos jornalistas mediadores cuja própria experiência também tem cada vez mais mediações na origem das crónicas, mesmo que, por vezes, a alusão mediática possa ter sentido crítico.

É dentro do formato narrativo que se aloja a modalidade a que podemos chamar crónica do quotidiano, conceito que se usa aqui no sentido de vida corrente, contrastante com a lógica de rutura ou notabilidade prevalecente nos géneros informativos. É um recorte analítico que se prende também com o modo de apreensão do real por parte dos cronistas: trata-se das narrativas que não se apoiam em acontecimentos já noticiados, mas em situações originalmente captadas, interpretadas e transmitidas pelo jornalista num formato de crónica. Estas podem conter, ou não, referências aos media. Mas há uma diferença fundamental entre as crónicas baseadas em situações previamente mediatizadas (não do quotidiano, no sentido aqui atribuído) e as narrativas que incorporam o uso dos media na vida corrente (e os tornam objetos de uma crónica do quotidiano).

A crónica do quotidiano é notória sobretudo no DL de 1979, coincidindo quase por inteiro com o formato narrativo, e tem presença assinalável também no Público de 1999 (em ambos os anos, desde logo, nas crónicas de tribunal, mas não só):

*Cansado de tantos pontapés na bola, de tantos saltos, de tantas correrias, o miúdo abandonou a “pelada”, sita na Quinta das Torres (Venda Nova) e transpôs o muro (ou arame farpado) da escola, para se dessedentar na pequena bica. Só que no seu encalço seguiram dois polícias à paisana. Que logo ali lhe deram voz de prisão. (...)*²⁴

*(...) Acabou de arrumar um carro e propõe-se agora tratar o meu. Quando percebe que o vi e que, pelo gesto que lhe retribuo, me interessa os seus serviços, desata a correr na direcção contrária (...)*²⁵

23 Alexandre Martins, “A África nossa do Instagram”, Público (P2), 10/3/2019, p. 31.

24 Manuel Geraldo, “Equimoses”, DL, 4/4/1979, p. 4.

25 João Pinharanda, “Como arrumar o carro e fazer amigos”, Público, 29/5/1999, p. 51.

Na amostra de 2019, por vezes o imediato e o mediado surgem, tanto em narrativas de jornalistas como de colaboradores, de tal modo imbricados que sugerem uma inseparabilidade atual das duas modalidades de experiência e convocam também o conceito de mediatização, como processo em que se densifica a presença dos *media* quer nas interações quotidianas quer nas formas institucionais da modernidade.

*Enquanto faço a barba espreito a televisão inglesa. Vejo uns lagostins vivos e por nesse programa, o Saturday Kitchen, na BBC1. Quem é que não adora lagostins?*²⁶

*Escolho o cenário – o mar, o pôr do Sol, a mesa da esplanada, a saia nova, o biquíni colorido –, faço a cabeça descair até um ângulo em que não se vejam as minhas imperfeições, armo um sorriso, capto o momento e partilho-o nas redes sociais.*²⁷

Por outro lado, também se deteta um decréscimo das crónicas-relato cuja ação se passa em lugares públicos. Não há propriamente um crescimento de narrativas centradas num espaço privado (sempre minoritárias), mas sim um aumento de narrações situadas num espaço indefinido (nos termos da dicotomia pensada para espaços físicos), uma vez que se trata do “espaço” mediático.

Quanto ao papel do jornalista no interior da narrativa, a maioria das crónicas-relato inclui, em todos os anos da amostra, a sua presença no enredo da história, aparecendo bastante mais como observador ou participante do que como protagonista. A inserção de um ponto de vista testemunhal e tendencialmente discreto cauciona retoricamente a veracidade e a factualidade que o *ethos* jornalístico preza mesmo num género subjetivo.

NOTAS CONCLUSIVAS

A crónica enquanto categoria jornalística é uma prática em viagem, em relação à qual tem menos interesse procurar um conceito puro do que entender as suas circunstâncias. As mudanças aqui vislumbradas não se prendem com falta de vitalidade face a outros géneros, são antes internas ao campo da crónica, nas suas lógicas e características.

26 Miguel Esteves Cardoso, “Rebuscado horror”, Público, 4/3/2019, p. 5.

27 Bárbara Wong, “Éramos mais felizes?”, Público (P2), 31/3/2019, p. 31.

Por onde anda o cronista?

Explorando a crónica narrativa em diários de referência

Nesse processo, e com as limitações da amostra, este artigo indicia um enorme crescimento do polo opinativo nas décadas recentes, sendo que mais de 80% dos textos classificados nesse polo são assinados por colaboradores externos. Este desequilíbrio numérico entre crónicas de opinião e crónicas de narração é acompanhado por uma perda de peso relativo por parte dos jornalistas no interior do género, a julgar pela comparação entre o DL e o Público.

O facto de essa perda de peso das redações se estender ao interior da própria variante narrativa tem duas explicações: (1) este subgénero também é crescentemente praticado por colaboradores externos, parte dos quais são jornalistas de fora dos quadros ou ex-jornalistas; (2) o uso de formas narrativas penetra, como técnica de abertura, em crónicas cuja verdadeira essência é opinativa.

A retração da crónica-relato por parte dos jornalistas inseridos nas redações tem de ser compreendida na dupla vertente que a situa, ao mesmo tempo, nas relações internas à esfera profissional e nas relações com outros campos. A crónica-comentário faz hoje parte das articulações discursivas com outros campos e com as suas manifestações institucionais, tomando os jornalistas-cronistas frequentemente por objeto de opinião atores políticos e outras figuras públicas, e misturando-se até em termos gráficos e editoriais com crónicas de atores oriundos desses mesmos campos que colaboram ou intervêm na imprensa. Em conjunto, crónicas-comentário da autoria de jornalistas e de colaboradores (dos campos político, económico, cultural, científico) fazem parte de um mesmo sistema de intersubjetividade, com regras distintas, mas com homologias em relação ao que acontece nas articulações entre os mesmos campos nos géneros informativos.

Por sua vez, as crónicas narrativas do quotidiano correspondem a um eixo diferente de articulação do campo jornalístico com o exterior, onde a relação privilegiada é, por assim dizer, com o social espontâneo e não institucional. Este subgénero é o único lugar habitual na prática jornalística para notar e descrever o quotidiano não noticioso, para os episódios não associados à rutura ou à notoriedade, para questionar a normalidade social que as lentes jornalísticas predominantes (nos outros géneros) não costumam vislumbrar, ou para ver um tempo e um lugar através do que aparentemente não muda. A sua rarefação reduz a flexibilidade e a diversidade de articulações do jornalismo com a vida social.

Se na amostra de décadas passadas as crónicas-relato se situavam frequentemente em ruas, cafés ou transportes, recentemente parece haver menos atenção à vida fora

da mediatização ou desligada do uso dos media. A crónica narrativa que subsiste nos jornais diários estará assim a sofrer um enviesamento causado pelas exigências laborais sobre os jornalistas ou por uma clausura (intra)mediática deste grupo profissional? Ou estará de facto a representar o modo de vida e a forma de experimentar o mundo que marca os tempos atuais?

REFERÊNCIAS

- Aguilar, M. A. (2019). A Narratological Approach to Latin American Contemporary Chronicle under American Literary Journalism Parameters. *Brazilian journalism research*, 15(1), 244.
- Bajtín [Bakhtine], M. (2012). *Estética de la creación verbal*. Siglo Veintiuno.
- Bourdieu, P. (2005). The political field, the social science field, and the journalistic field. In R. Benson & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field* (pp. 29-47). Polity.
- Buozis, M., & Creech, B. (2018). Reading News as Narrative. A genre approach to journalism studies. *Journalism Studies*, 19:10, 1430-1446. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1279030>
- Carvalheiro, J. R. (2020). A crónica como género jornalístico e o emergir do subgénero “do quotidiano”. *Comunicação Pública*, vol.15, nº 29.
- Chandler, D. (1997). An Introduction to Genre Theory. URL: http://www.aber.ac.uk/media/Documents/intgenre/chandler_genre_theory.pdf
- Chaparro, M. C. (2008). *Sotaques d’Aquém e d’Além Mar: Travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. Summus Editorial.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas do ofício à profissão: Mudanças no jornalismo português, 1956-1968*. Caminho.
- Correia, F., & Baptista, C. (2009). *Memórias vivas do jornalismo*. Caminho.
- Hallin, D., & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política*. Livros Horizonte.

Por onde anda o cronista?

Explorando a crónica narrativa em diários de referência

- Hartley, J. (1994). Genre. In T. O'Sullivan et al. (Eds.), *Key Concepts in Communication and Cultural Studies* (pp. 127-129). Routledge.
- Jakobson, R. (1991). *Essais de linguistique générale: 1. Les fondations du langage*. Les Éditions de Minuit.
- Letria, J. (1999). *Pequeno Breviário Jornalístico: Géneros, Estilos e Técnicas*. Editorial Notícias.
- Melo, J. M., & Assis, F. (2016). Géneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom*, vol. 39, nº 1, 39-56. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201613>
- Mesquita, M. (2019). O corte revolucionário nos media e o atraso nas teorias da comunicação. *Media & Jornalismo*, vol. 19, nº 35, 15-22. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_1
- Público (1998). *Livro de Estilo*. Público.
- Reis, C., & Lopes A. C. (2007). *Dicionário de Narratologia*. Almedina.
- Ringoot, R., & Utard, J-M. (2009). *Les genres journalistiques: Savoirs et savoir-faire*. L'Harmattan.
- Rita, A. (2017). *Eça de Queirós cronista: Da chronica à crónica*. Gradiva.
- Rodrigues, E. (1998). *Mágico folhetim: Literatura e jornalismo em Portugal*. Notícias.
- Santos, C. A., & Peixinho, A. T. (2017). Media digitais: o milagre da multiplicação dos géneros. *Biblos*, nº 3, 3ª série, 11-32. https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-3_1
- Seixas, L. (2009). *Redefinindo os Géneros*. Labcom.
- Thompson, J. B. (1995). *The Media and Modernity*. Stanford University Press.
- Todorov, T. (1981). *Os géneros do discurso*. Edições 70.
- Tuchman, G. (1972). Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of sociology*, 77(4), 660-679.
- Van Krieken, K., & Sanders, J. (2021). What is narrative journalism? A systematic review and an empirical agenda. *Journalism*, 22(6), 1393-1412.
- Venâncio, F. (2004). *Crónica Jornalística – Século XX*. Círculo de Leitores.